



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA ECONOMIA  
INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL**

**RELATÓRIO DE BUSCA**

**N.º do Pedido:** PI1015495-7 **N.º de Depósito PCT:**  
**Data de Depósito:** 23/12/2010  
**Prioridade Unionista:** -  
**Depositante:** Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG (BRMG)  
**Inventor:** Alaíde Braga de Oliveira, FERNANDO DE PILLA VAROTTI, Ronan Batista @FIG  
**Título:** "Composições farmacêuticas antimaláricas contendo derivados de diterpenos caurânicos "

**1 - CLASSIFICAÇÃO** **IPC** A61K 31/015, A61P 33/06  
**CPC**

**2 - FERRAMENTAS DE BUSCA**

<input type="checkbox"/> EPOQUE	<input checked="" type="checkbox"/> ESPACENET	<input type="checkbox"/> PATENTSCOPE	<input checked="" type="checkbox"/> CCD
<input type="checkbox"/> DIALOG	<input type="checkbox"/> USPTO	<input type="checkbox"/> SINPI	
<input type="checkbox"/> CAPES	<input type="checkbox"/> SITE DO INPI	<input type="checkbox"/> STN	

**3 - REFERÊNCIAS PATENTÁRIAS**

Número	Tipo	Data de publicação	Relevância *
CN1431187	A	23/07/2003	A
CN1900046	A	24/01/2007	A

**4 - REFERÊNCIAS NÃO-PATENTÁRIAS**

Autor/Publicação	Data de publicação	Relevância *
XIAO-DONG YANG ET AL., BIOCHEMICAL SYSTEMATICS AND ECOLOGY, (2009), vol. 37, p. 237 – 240.	2009	N,I
ARINA C. U. UYS ET AL., "Aritimalarial Compounds from Parinari capensis", BIOORGANIC & MEDICINAL CHEMISTRY LETTERS, (2002), vol. 12, p. 2167 – 2169.	2002	N,I
PABLO.ANSELMO GARCIA ET AL., "Biological Activities and Synthesis of Kaurane Diterpenes and their	2007	N,I

Glycosides.", MOLECULES, (2007), vol. 72, p. 455 – 483.		
ALESSANDRA BRACA ET AL., "A new kaurane diterpene dimer from Parinari campestris.", FITOTERAPIA, (2005), vol. 76, p. 614 – 619.	2005	N,I

Observações: – As anterioridades foram apontadas pelos documentos da família WO2012083408, podendo ser encontradas em <http://ccd.fiveipoffices.org/CCD-2.2.0/html/viewCcd.html?num=WO2011BR00513&format=epodoc&type=application>

Rio de Janeiro, 24 de dezembro de 2020.

---

Núbia Gabriela Benício Chedid  
Mat. Nº 1177596  
DIRPA / CGPAT I/DIFAR-II  
Portaria INPI/PR Nº431/11

\* Relevância dos documentos citados:

- A documento que define o estado geral da técnica, mas não é considerado de particular relevância;
- N documento de particular relevância; a invenção reivindicada não pode ser considerada nova quando o documento é considerado isoladamente;
- I documento de particular relevância; a invenção reivindicada não pode ser considerada dotada de atividade inventiva ou de ato inventivo quando o documento é considerado isoladamente

Y documento de particular relevância; a invenção reivindicada não pode ser considerada dotada de atividade inventiva quando o documento é combinado com um outro documento ou mais de um;

PN documento patentário, publicado após a data de depósito do pedido em exame, ou da prioridade requerida para o pedido em exame, cuja data de depósito, ou da prioridade reivindicada, é anterior a data de depósito do pedido em exame, ou da prioridade requerida para o pedido em exame; esse documento patentário pertence ao estado da técnica para fins de novidade, se houver correspondente BR, conforme o Art. 11 §2.º e §3.º da LPI.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA ECONOMIA  
INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL**

**PARECER**

**N.º do Pedido:** PI1015495-7  
**Data de Depósito:** 23/12/2010

**N.º de Depósito PCT:**

Esta exigência está sendo realizada com base no Art. 35, incisos I e IV, da Lei nº 9.279, de 1996 (LPI), em conformidade com a Resolução INPI/PR Nº 241/19, de 03/07/2019.

A matéria correspondente ao presente pedido foi objeto de análise em outros Escritórios de patentes. O relatório de busca em anexo contém os principais documentos de anterioridades citadas.

De acordo com o Art. 36 da LPI, o depositante deve manifestar-se quanto aos documentos do estado da técnica citados no relatório de busca, modificando o quadro reivindicatório do pedido, de forma a adequá-lo a estes documentos, e/ou apresentar argumentação a respeito da pertinência destes documentos.

Ressalta-se que o quadro reivindicatório a ser apresentado não deverá ampliar a matéria inicialmente reivindicada, conforme a Resolução 93/2013, de 10/06/2013, que dispõe sobre a aplicabilidade do Art. 32 da LPI. Deve-se atentar para o disposto no Art. 25 da LPI, nas Instruções Normativas 30/2013 e 31/2013, de 04 de dezembro de 2013, e nas Diretrizes de Exame de Patentes vigentes. Do mesmo modo, deve-se atentar para que a matéria reivindicada não venha a incidir nos Artigos 10 e 18 da LPI.

Recomenda-se ao depositante apresentar, juntamente à reformulação do quadro reivindicatório, as vias indicando as modificações realizadas, assim como novas vias do Relatório Descritivo, Resumo e Desenhos, corrigindo possíveis erros de tradução ou digitação.

No caso da adequação do quadro reivindicatório implicar no aumento do número de reivindicações em relação ao quadro reivindicatório para o qual foi requerido o exame, a guia de requerimento de exame deverá ser complementada, no valor referente às reivindicações excedentes por meio de uma GRU de código 800, com base nos valores atuais da tabela de retribuição.

Caso o depositante apresente em sua manifestação um quadro reivindicatório não adequado às anterioridades citadas como impeditivas à patenteabilidade, nem argumentações quanto aos requisitos de patenteabilidade, o pedido será indeferido.

O depositante deve responder à exigência formulada neste parecer por meio do serviço de código 207 em até 90 (noventa) dias, a partir da data de publicação na RPI, sob pena do arquivamento definitivo do pedido, de acordo com o Art. 36 § 1º da LPI.

Publique-se a Exigência Preliminar (6.21).

Rio de Janeiro, 24 de dezembro de 2020.

---

Núbia Gabriela Benício Chedid  
Mat. Nº 1177596  
DIRPA / CGPAT I/DIFAR-II  
Portaria INPI/PR Nº431/11